

**PREGÃO
ELETRÔNICO**
90002/2026

CONTRATANTE (UASG)
180129

OBJETO
Aquisição de Materiais de Consumo (Informática/Limpeza/Escritório)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 225.937,95 (Duzentos e vinte cinco mil e novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 1/6/2026 às 10h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	21
11. DOS RECURSOS.....	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº058.00010136/2026-73)

Torna-se público que o Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC, por meio do Núcleo de Finanças, sediado na Rua Rodolfo Miranda, 636, Bom Retiro, São Paulo – SP, CEP 01121-010, tel.: 11-3812-8186, e-mail: adm.denarc@policiacivil.sp.gov.br, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de consumo (informática, limpeza e escritório), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em



definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.



4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Marca/Modelo

5.1.2. Valor Unitário; e



5.1.3. Valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá seguir a tabela abaixo:

ITEM	REDUÇÃO
1	0,11
2	0,51
3	0,62
4	0,15



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

5	0,04
6	0,02
7	1,09
8	0,33
9	0,20
10	0,16
11	0,23
12	0,32
13	0,04
14	0,13
15	0,24
16	0,56
17	0,29
18	0,04
19	0,94
20	0,06
21	0,02
22	0,01
23	0,01
24	0,14
25	0,09
26	0,04
27	0,25
28	0,03
29	0,06
30	0,21
31	0,37
32	0,53
33	0,16
34	0,09
35	12,28
36	6,73
37	4,40
38	0,31
39	0,05
40	0,04
41	0,40
42	0,54
43	0,23
44	1,61
45	0,02
46	0,01
47	1,85



48	1,79
49	0,37
50	0,91
51	1,25
52	0,50
53	0,67
54	11,06

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;



- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.



7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.



7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.



8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da



interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio físico, na sede do DENARC ou por meio eletrônico junto ao sistema SEI, condicionado à liberação de usuário externo pelo Órgão.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: sistema Compras e e-mail adm.denarc@policiacivil.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema Compras e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://www.doe.sp.gov.br/sumario>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a



situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 (sete) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;



14.2.2.2.O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3.A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.



14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.



14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.doe.sp.gov.br/sumario>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta; e

14.15.5. ANEXO V – Planilha orçamentária;



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 058.00010136/2026-73)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo (informática/limpeza/escritório), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISICO	CATMAT	UNID MED	QTDE
1	Álcool Etilico; Aspecto Físico: Líquido; Fórmula Química: C2h5oh; Peso Molecular: 46,07 G/MOL; Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%; Característica Adicional: Absoluto, Reagente P.A. Acs Isso; Número De Referência Química: Cas 64-17-5	4339541	445457	1 LT	840
2	Toalha de Papel dupla interfolhada Institucional; Classe 01; Quantidade de Dobras 02; Na Cor Branca; Alvura Iso Igual Ou Maior Que 85%; Índice de Maciez Igual Ou Menor Que 8,0 Nm/g; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 5 Mm2/m2; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 4,0 S; Capacidade de Absorcao de Agua Igual Ou Maior Que 7,0 G/g; Resistencia a Tracao a Umido Igual Ou Maior Que 70 N/m; Conforme Norma Da Abnt Nbr 15464-8 e 15134; Características Complementares: Materia Prima 100% Fibra Vegetal; Dimensao Da Folha (23x20)cm; Liso; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Marca,quantidade de Folhas,metragem Da Folha; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail Telefone do Sac;	2916487	389042	CX 2000 UNID	80
3	Papel Higienico - Folha Dupla; Classe 01, Neutro; Na Cor Branca; Alvura Iso Maior Que 80%; Índice Potencial de Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 Nm/g; Resistencia a Tracao Ponderada Igual Ou Maior Que 90 N/m; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 20 Mm2/m2; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 5 S; Conforme Norma Abnt Nbr 15464-2 e 15134; Características Complementares: Materia Prima 100% Fibra Celuloseica; Comprimento do Rolo de 30 m - Com Tolerancia de 2%; Com Largura de 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro No Maximo de 11,7 Cm; Largura do Tubete 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro Interno do Tubete Maior Que 4 Cm; Acabamento Gofrado, Em Relevo; Picotado; Fragrancia Neutra; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Marca, Quantidade de Rolos; Aroma, Metragem do Papel; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail,telefone do Sac; Embalagem Com Boa Visibilidade do Produto;	2916070	412112	FARDO 64 ROLOS	120
4	Odorizador Sanitario; Tipo Gel Adesivo; Composto Lauril Eter Sulfato de Sodio, Alcool C16-22 Etoxilado, Alcool C16-18 Etoxilado, Oleo Mineral; Alcool Linear, Fragrancia, Solucao Aquosa de Polimero, Glicerina, Polietilenoglicol e Agua; Marine; Na Cor Azul; Embalado Em Refil; Com Aplicador;	4183363	465064	CX 12 UNID	360
5	Mexedor; para Cafe; de Plastico Atoxico (poliestireno); Cristal; No Formato Remo; Medindo 9,5 Cm; Embalado Em Saco Plastico Atoxico;	5344778	355015	PCT 100 UNID	500



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

6	Detergente Líquido; Princípio Ativo Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio, tensoativo biodegradável; Composição Básica Glicerina, coadjuvantes, conservantes, sequestrante Espessantes, controlador de Ph, corantes e Água; Valor do Ph Entre 5,5 - 7,5, dermatologicamente Testado; Composição Aromática Neutra, líquido Viscoso Transparente, na Cor Amarela; Acondicionado Adequadamente, com Bico Dosador, validade 3 Anos a Partir Da Data de Fabricação; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Ao Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	6023690	310039	FRASCO 500ML	120
7	Copo Descartável; Polipropileno (pp) Atóxico, Transparente; Com Capacidade Mínima para 200 ML; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Mínima de 1,80 G; As Mangas Não Podem Estar Violadas; Símbolo de Identificação do Material para Reciclagem Conforme Nbr 13230 e Capacidade do Copo; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevô, Marca Ou Identificação do Fabricante; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Abnt Nbr 14865 e Certificado Pelo Inmetro; Os Copos Devem Ser Homogêneos, Isentos de Materiais Estranhos, Bolhas, Rachaduras, Furos; Deformações, Bordas Afiladas Ou Rebarbas; Não Devem Apresentar Sujidade Interna Ou Externamente;	5489989	419219	CX 2500 UNID	20
8	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno, Reforçado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (l x A); Preto; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alterações Posteriores;	1539990	470833	PCT 100 UNID	30
9	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno; Com Capacidade de 40 Litros; Medindo (50 x 70)cm (l x A), Com Espessura de No Mínimo 8 Micras; Preto, Sem Timbre, com Ausência de Furos, Rotulagem Apropriada Na Embalagem de Acondicionamento;	6434770	470829	PCT 100 UNID	30
10	Inseticida Doméstico; Aerosol (inseto Voadores e Rasteiros); Composto de Esbiotrim (93%); Imiprotim (50%); Permetrina (90%); Água Deionizada; citrônella; bht; butano; propano; Oleato de Poliglicerol; N-parafina; Princípio Ativo Imiprotrina 0,020%, permetrina 0,050%, esbiotrina 0,100%; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. determinados Pela Anvisa; Embalado Em Frasco; 380ML.	3476766	437410	FRASCO 380ML	240
11	Pasta para Limpeza; Pasta Umectante, biodegradável; Acondicionado de Forma Adequada; para Retirada de Graxa e Oleo (das Maos); Com Abrasivo Mineral; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	626988	334354	POTE 500 GRS	12
12	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 90g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Mínima de 90%, conforme Norma Iso; Opacidade Mínima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/-1,0), conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branca; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificação Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Código de Licença Impressos Na Embalagem;	1022644	471762	EMBALAGEM 500 FLS	2.500
13	Grampeador Grampeador Material: Metal , Tratamento Superficial: Galvanizado/Cobreado, Tamanho: 26/6, Uso: Grampeador De Mesa	42048	425226	CX 5000 UNID	50
14	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno, Resina Sintética, Tubete de Papel; Medindo (48mmx50m), 25 Micras; Na Cor Marron;	2803631	351868	ROLO 50 MTS	200



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

15	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 25 Mm; Altura Mínima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Mínima de Aproximadamente 13 Mm; Haste de Aço Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Mínima de 17 Mm Aproximadamente; Distancia Mínima Entre As Hastes de 13,3 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 4,5 Mm Aproximadamente; Com 4 Pinos; Chave Comum; Com Cadeados Com Mesmo Segredo; Conforme a Norma Nbr 15271;	4307275	242597	UNID	20
16	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 60 Mm; Altura Mínima de 47 Mm; Espessura Mínima de 20 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 35 Mm; Distancia Mínima Entre As Hastes de 33mm; Espessura Mínima de 10 Mm; Com 05 Pinos; Com Chave Tipo Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Conforme a Norma Nbr 15271	4426290	618848	UNID	10
17	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Mínima de 45 Mm; Altura Mínima de 37 Mm; Espessura Mínima de 16 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 27 Mm; Distancia Mínima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Mínima de 8 Mm; Com 5 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	4263162	369677	UNID	20
18	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com As Normas Nbr-115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores;	3957926	313142	UNID	200
19	Capa de Processo; de Papel Triplex; Espessura de 250g/m2; Medindo Fechada (320 x 235)mm (alt. x Comp); Na Cor Amarela; Com Vincado;	5997194	486012	PCT 100 UNID	30
20	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (48mm x 100m); Na Cor Transparente;	5484910	330081	ROLO 100 MTS	300
21	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 8/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo	42439	458597	CX 25 UNID	400
22	Caneta Marca-Texto Material: Plástico, Tipo Ponta: Chanfrada/Polietileno, Cor: Fluorescente Amarela, Tipo: Não Recarregável, Características Adicionais: Traço 4 Mm, Filtro Poliéster, Base D'Água	5531462	300527	UNID	120
23	Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Azul; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada, Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	3426491	318729	UNID	400
24	Estilete Tipo: Lâmina Retrátil, Espessura: 18 MM, Material Corpo: Emborrachado, Características Adicionais: Com Trava De Segurança, Trilho Metálico para lâmina.	3351017	485372	UNID	120
25	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; Medindo (360x250x135)mm (cxaxl), Gramatura 300g/m2; Na Cor Azul	6328130	625314	UNID	500
26	Clipe de Papelaria; de Aço; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 02	127523	463460	CX 100 UNID	250



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

27	Marcador Página; Filme De Poliéster e Adesivo Acrílico; Cor: Colorido; Largura: 11,9 MM; Comprimento: 43,2 MM; Aplicação: Processo; Características Adicionais: Folhas C/Tarja Adesiva / Removível / Reutilizável;	4474490	359043	PCT 5 UNID	120
28	Cola de Papelaria; Bastao; para Uso Diversos; a Base de Eter de Poliglucosideo; Atoxica; Acondicionada Em Tubo Bastao; Branca; Em Embalagem Contendo Selo do Inmetro; Com Validade Mínima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236;	2649713	356693	TUBO 40 GR	120
29	Elastico; de Latex; Nr 18, Na Cor Bege;	2974355	471416	CX 100 GRS	200
30	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Kraft Liso; Medindo (48mm x 50m); Na Cor Marrom; Adesivo a Base de Resina e Borracha Sintetica;	4620208	356778	ROLO 50 MTS	200
31	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft Natural de Primeira Qualidade; Pesando 80 G/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressao Rpc do Correio; Medindo (200 x 280)mm (larg x Alt); Na Cor Parda;	2033062	459334	CENTENA	50
32	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft; 80g/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressao Rpc do Correio; Medindo (310 x 410)mm (altxlarg); Apresentado Com Aba, Sem Cola; Na Cor Pardo;	4919998	467346	CENTENA	50
33	Papel Vergê, Material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM	4617614	297355	PCT 50 FL	50
34	Colchete; Latonado; Tamanho N. 12;	547360	353048	CX 72 UNID	120
35	Cabo de Rede p/ Computador; Material Revestimento: Polietileno Especial; Material Condutor: Cobre Nú; Bitola Condutor: 24 AWG; Tipo Condutor: Trançado 4 Pares; Tipo Cabo: 6 E; Cor: Azul; Padrão Cabeamento: Com Blindagem Helicoidal Em Fita Metalizada; Características Adicionais: Cabo Utp Blindado Com Marcação Sequencial Métrica; Categoria: 6e; Aplicação: Conexão De Rede; Material Isolamento Condutor: Pvc Não Propagante A Chama; Comprimento: 305 M	5183103	467549	CX 305 MTS	2
36	Disco Rígido; Padrao Ssd, Externo, Com Interface de Conexão Usb 3.1 Tipo C; de 500 Gb; Nao Se Aplica, Velocidade de Leitura de 550 Mb/s, velocidade de Gravação de 520 Mb/s; Garantia de 12 Meses;	5519225	412153	UNID	25
37	Disco Rígido; Padrao Usb 3.0 (compatível Com Usb 2.0), Externo, Mini-hd 2,5", Com Conexão Interna Sata; de 01 Tb, Portatil, Blindado; 5.400 Rpm, Alimentação Por Cabo Usb e Sem Necessidade de Fonte de Alimentação; Garantia de 12 Meses, Compatível Com Windows 2000 Pro/xp/vista/7 e Mac Os; Com Cabo Usb;	6051979	610794	UNID	50
38	Memória Portátil Microcomputador Capacidade Memória: 32 GB, Interface: Usb 3.2, Aplicação: Armazenamento De Dados , Velocidade Gravação: 4.8 GB/S, Características Adicionais: Material Plástico Com Tampa Protetora Do Plugue , Compatibilidade Sistemas: Windows, Macos, Linux E Chrome Os , Tipo: Pen Drive	5659710	612258	UNID	100



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

39	Pilha; Tipo Alcalina, composição Dióxido de Manganês, zinco, hidróxido de Potássio, grafite, óxido de Zinco; Na Voltagem de 1,5v, Com Indicador (medidor) de Carga, Testada Contra Vasamentos; No Tamanho Palito (aaa); Conforme Resolução do Conama 401/04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90; Características Adicionais: Não Recarregável	5888310	419860	EMBALAGEM 2 UNID	200
40	Pilha; Tipo Pilha Alcalina, Composta de Hidróxido de Potássio ou Hidróxido de Sódio; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Aa; Conforme Resolução Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90;	5827248	419859	EMBALAGEM 2 UNID	200
41	Filtro Linha Quantidade Saída: 4 Tomadas 2p + T, Características Adicionais: Terminação Em Plug 2p+T, Aplicação: Rack De Switchs E Servidores , Comprimento Cabo: 2 M, Tipo: Regua , Padrão: Universal	953601	394695	UNID	100
42	Filtro Linha Tensão Alimentação: 127/220 V, Potência Máxima: 1.500 VA, Corrente Máxima: 10A, Quantidade Saída: 6 Tomadas Padrão Nbr14136 , Características Adicionais: Chave On/Off/Fusíveis E Led Indicador, Comprimento Cabo: 5m	3372138	437670	UNID	100
43	Pilha Recarregável Tamanho Pilha: Palito, Modelo: AAA, Aplicação: Equipamentos Eletrônicos, Sistema Eletroquímico: Níquel Metal Hidreto (Ni-Mh), Capacidade Nominal: 800 MAH, Tensão Nominal: 1,2	6239447	458336	EMBALAGEM 2 UNID	100
44	Webcam; para Vídeo Conferência, Com Conexão Usb; Full Hd 1080p; Captura de Vídeo a 1920 x 1080 Pixels a 30 Fps, Lente 3,6mm, Plug & Play; Full Hd 1080p (1920x1080 Pixels), Com Microfone Integrado; Garantia mínima 12 meses; Manual em Português	5695880	620108	UNID	30
45	Conectores vazados; para Redes de Alta Performance; Modelo Rj-45 Cat-6 Macho, 8 Vias, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 Awg, Tipo de Cabo: U/utp Cat.6; Fcc 68.5 (emi - Interferência Eletromagnética). cor: Transparente; Material do Corpo do Produto Em Termoplástico Não propagante a Chama Ul 94v-0 Até Ul 94v-2; Norma Compatível Com Os Padrões de Montagem T568a e T568b; Vias de Contato Produzidas Em Bronze Fosforoso; Compatível Com Cabo Com Camadas de Micrômetros de Níquel e Micrômetros de Ouro, Temperatura de Operação (°C) : -10°C a +; Garantia Contra Defeitos de Fabricação;	5851360	602254	UNID	100
46	Capa para Conector; tipo Snap, Emborrachada, Conector Rj-45;	3378845	335976	UNID	100
47	Alicate Crimpador; Corpo Em Aço Carbono, Acabamento Pintado, Com Cabo Plastificado; para Conectores Modulares de 6 e 8 Posições Rj11, rj12, Rj45 Vazado (de Passagem, Pass-thru); Cortador e Descascador de Fios Cabos de Voz e Dados Cat6, Cat5e, Cat3 Em Lâmina de Aço;	6100724	624206	UNID	2
48	Testador de Cabo de Rede; para Identificação de Problemas de Conectividade e Disponibilidade; Padrão Dos Cabos Cat5, Cat6 (stp e Utp); Compatível Com As Velocidades Interruptor Poe Padrão, Exibição de Tensão; Tipopse Ieee 802.3af; Padrão Ethernet; Testes Efetuados Teste Com Interruptor Diretamente; Manual Em Português; Garantia Mínima de 12 Meses; Interface Rj45, Rj11 e Coaxial; Com Um Fone de Ouvido, Um Kit Adaptadores de Cabo, Uma Bolsa e Manual do Usuário;	6497608	356306	UNID	2



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

49	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: Usb, Conectividade: Com Fio	6428886	457752	UNID	30
50	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Led, Tipo Conector: Bluetooth, Conector Usb-C Lighting, Conectividade: Sem Fio	6355382	603262	UNID	30
51	Teclado para Microcomputador; Pc/atx; Teclas de Funcao Na Posicao Vertical; Disposicao Das Teclas Padrao Abnt-2 Em Portugues, 106 Teclas; Com Conector Optico Sem Fio; 12 Meses; Norma Abicomp, Abnt;	2202972	451818	UNID	30
52	Aparelho Telefonico Analogico; Na Cor Perola, Bege Ou Preto; Facilidades Operacionais de Mute, Redial, Com No Minimo 2 Tipos de Campainha, Controle de Volume Da Campainha; Flash 100 a 300ms No Minimo, Ajustavel Por Chave Seletora Discagem Por Tom Ou Pulso; Com Discagem No Modo Multifrequencial/decadico, Apoio Da Base Em Material Antiderrapante; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao 242 de 30/11/2000 Da Anatel, e Com Garantia de No Minimo 1 Ano;	4990595	243731	UNID	20
53	Adaptador de Conector; Hub Usb Com 01 Porta de Entrada e 04 Portas de Saida; Tipo Usb 3.0, Interruptor e Led para Cada Porta de Saida, Cabo Com Comprimento Mínimo de 20 Cm;	6540880	320528	UNID	30
54	Memoria Ram; de 16gb Fbga 2g x 64 Bit; Com Suporte a Xmp 2.0, Com 16 Bancos Internos, 4 Grupos de 4 Bancos Cada; Velocidade de 3200mhz, Latencia 16-18-18 Ou 16-20-20 a Tensao 1,35v; Ddr4-3200 Cl16 Dimm Sdram (dram Sincrona) 1rx8; Com 288 Pinos, Com Dissipador de Calor Em Alumínio anodizado Original do Fabricante; Garantia de 12 Meses Balcao;	6215505	618288	UNID	2

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº. 68.107, de 11 de outubro 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.



Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000102/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 24/06/2025;

III) Id do item no PCA: 16,19 e 51;

IV) Classe/Grupo: 9310,7080 e 7510;

V) Identificador da Futura Contratação: 180129-2/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos objetos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Materiais menos agressivos ao meio ambiente e/ou biodegradáveis.



4.1.2. Embalagens sustentáveis em moldes também biodegradáveis, preferencialmente fabricadas em materiais reciclados.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2. Diante das conclusões extraídas do processo em epígrafe, a Administração não aceitará o fornecimento de produtos sem garantia e assistência técnica autorizada no território nacional, bem como sem manual de instruções em português.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de **entrega** dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única, durante o horário de expediente, compreendido entre 10h00min às 18h00min de segunda - feira à sexta - feira, em dias úteis, mediante prévio aviso.

5.2. O horário do expediente poderá sofrer alterações sem aviso prévio por parte da Contratante, neste sentido, é necessário que a Contratada realize o contato prévio através do telefone (11) 3812-8186 ou (11) 3094-4631.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data prevista, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os itens deverão ser entregues no endereço Rua Rodolfo Miranda, nº. 636, Bom Retiro, São Paulo – SP, CEP: 01121-010.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua



competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais



penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.



7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:



- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado



por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de consórcio:

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;



- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.23.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



- 8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 225.937,95 (Duzentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 180129;
- II) Fonte de Recursos: 1500100001;
- III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;
- IV) Elemento de Despesa: 33903041;
- V) Plano Interno: 000.000.0100

Anexo I.1



Estudo Técnico Preliminar



UASG 180129

ESP-DEPTO.EST.PREV.E REPRES. NARCOTRAF-DENARC

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00010136/2026-73

2. Descrição da necessidade

A aquisição de materiais de consumo está prevista no planejamento anual do DENARC e visa recompor os estoques do almoxarifado, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

Os materiais de informática asseguram o funcionamento dos sistemas e o suporte às atividades policiais; os de limpeza mantêm condições adequadas de higiene e salubridade; e os de escritório viabilizam a execução das rotinas administrativas.

A ausência desses insumos comprometeria o funcionamento do Departamento e a eficiência do serviço público, tornando necessária sua aquisição para garantir condições adequadas de trabalho e atendimento aos usuários.

Os itens para aquisição de bens de consumo (informática/ limpeza / escritório) foram elencados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISCO	CATMAT	UNID MED	QTDE
1	Álcool Etilico; Aspecto Físico: Líquido; Fórmula Química: C ₂ H ₅ OH; Peso Molecular: 46,07 G/MOL; Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%; Característica Adicional: Absoluto, Reagente P.A. ACS ISSO; Número De Referência Química: CAS 64-17-5	4339541	445457	1 LT	840
2	Toalha de Papel dupla interfolhada Institucional; Classe 01; Quantidade de Dobras 02; Na Cor Branca; Alvura Iso Igual Ou Maior Que 85%; Índice de Maciez Igual Ou Menor Que 8,0 Nm/g; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 5 Mm ² /m ² ; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 4,0 S; Capacidade de Absorcao de Agua Igual Ou Maior Que 7,0 G/g; Resistencia a Tracao a Umido Igual Ou Maior Que 70 N/m; Conforme Norma Da Abnt Nbr 15464-8 e 15134; Características Complementares: Materia Prima 100% Fibra Vegetal; Dimensao Da Folha (23x20)cm; Liso; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Marca,quantidade de Folhas,metragem Da Folha; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail Telefone do Sac;	2916487	389042	CX 2000 UNID	80



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

3	Papel Higienico - Folha Dupla; Classe 01, Neutro; Na Cor Branca; Alvura Iso Maior Que 80%; Índice Potencial de Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 Nm/g; Resistencia a Tracao Ponderada Igual Ou Maior Que 90 N/m; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 20 Mm2/m2; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 5 S; Conforme Norma Abnt Nbr 15464-2 e 15134; Caracteristicas Complementares: Materia Prima 100% Fibra Celulosica; Comprimento do Rolo de 30 m - Com Tolerancia de 2%; Com Largura de 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro No Maximo de 11,7 Cm; Largura do Tubete 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro Interno do Tubete Maior Que 4 Cm; Acabamento Gofrado, Em Relevo; Picotado; Fragrancia Neutra; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Marca, Quantidade de Rolos; Aroma, Metragem do Papel; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail,telefone do Sac; Embalagem Com Boa Visibilidade do Produto;	2916070	412112	FARDO 64 ROLOS	120
4	Odorizador Sanitario; Tipo Gel Adesivo; Composto Lauril Eter Sulfato de Sodio, Alcool C16-22 Etoxilado, Alcool C16-18 Etoxilado, Oleo Mineral; Alcool Linear, Fragrancia, Solucao Aquosa de Polimero, Glicerina, Polietilenoglicol e Agua; Marine; Na Cor Azul; Embalado Em Refil; Com Aplicador;	4183363	465064	CX 12 UNID	360
5	Mexedor; para Cafe; de Plastico Atoxico (poliestireno); Cristal; No Formato Remo; Medindo 9,5 Cm; Embalado Em Saco Plastico Atoxico;	5344778	355015	PCT 100 UNID	500
6	Detergente Liquido; Principio Ativo Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sodio.tensoativ0biodegradavel; Composicao Basica Glicerina,coadjuvantes,conservantes,sequestrante Espessantes,controlador de Ph,corantes e Agua; Valor do Ph Entre 5,5 - 7,5,dermatologicamente Testado; Composicao Aromatica Neutro,liquido Viscoso Transparente,na Cor Amarela; Acondicionado Adequadamente,com Bico Dosador,validade 3 Anos a Partir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Ao Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	6023690	310039	FRASCO 500ML	120
7	Copo Descartavel; Polipropileno (pp) Atoxico, Transparente; Com Capacidade Minima para 200 Ml; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Minima de 1,80 G; As Mangas Nao Podem Estar Violadas; Simbolo de Identificacao do Material para Reciclagem Conforme Nbr 13230 e Capacidade do Copo; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo, Marca Ou Identificacao do Fabricante; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Abnt Nbr 14865 e Certificado Pelo Inmetro; Os Copos Devem Ser Homogeneos, Isentos de Materiais Estranhos, Bolhas, Rachaduras, Furos; Deformacoes, Bordas Afiladas Ou Rebarbas; Nao Devem Apresentar Sujidade Interna Ou Externamente;	5489989	419219	CX 2500 UNID	20
8	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno, Reforcado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (l x A); Preto; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	1539990	470833	PCT 100 UNID	30
9	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 40 Litros; Medindo (50 x 70)cm (l x A), Com Espessura de No Minimo 8 Micras; Preto, Sem Timbre,com Ausencia de Furos, Rotulagem Apropriada Na Embalagem de Acondicionamento;	6434770	470829	PCT 100 UNID	30
10	Inseticida Domestico; Aerosol(inseto Voadores e Rasteiros); Composto de Esbiotrim (93%); Imiprotim (50%); Permetrina (90%); Agua Deionizada;citroneia;bht;butano;propano; Oleato de Poliglicerol; N-parafina; Principio Ativo Imiprotrina 0,020%,permetrina 0,050%,esbiotrina 0.100%; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa; Embalado Em Frasco; 380ML.	3476766	437410	FRASCO 380ML	240



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

11	Pasta para Limpeza; Pasta Umectante, biodegradável; Acondicionado de Forma Adequada; para Retirada de Graxa e Oleo (das Maos); Com Abrasivo Mineral; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	626988	334354	POTE 500 GRS	12
12	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 90g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/- 1,0), conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branca; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem;	1022644	471762	EMBALAGEM 500 FLS	2.500
13	Grampo Grampeador Material: Metal , Tratamento Superficial: Galvanizado/Cobreado, Tamanho: 26/6, Uso: Grampeador De Mesa'	42048	425226	CX 5000 UNID	50
14	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno, Resina Sintetica, Tubete de Papel; Medindo (48mmx50m), 25 Micras; Na Cor Marron;	2803631	351868	ROLO 50 MTS	200
15	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 25 Mm; Altura Minima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Minima de Aproximadamente 13 Mm; Haste de Aço Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Minima de 17 Mm Aproximadamente; Distancia Minima Entre As Hastes de 13,3 Mm Aproximadamente; Espessura Minima de 4,5 Mm Aproximadamente; Com 4 Pinos; Chave Comum; Com Cadeados Com Mesmo Segredo; Conforme a Norma Nbr 15271;	4307275	242597	UNID	20
16	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 60 Mm; Altura Minima de 47 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Minima de 35 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 33mm; Espessura Minima de 10 Mm; Com 05 Pinos; Com Chave Tipo Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Conforme a Norma Nbr 15271	4426290	618848	UNID	10
17	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Minima de 45 Mm; Altura Minima de 37 Mm; Espessura Minima de 16 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Minima de 27 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Minima de 8 Mm; Com 5 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	4263162	369677	UNID	20
18	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevô e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com As Normas Nbr-115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores;	3957926	313142	UNID	200
19	Capa de Processo; de Papel Triplex; Espessura de 250g/m2; Medindo Fechada (320 x 235)mm (alt. x Comp); Na Cor Amarela; Com Vincado;	5997194	486012	PCT 100 UNID	30
20	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (48mm x 100m); Na Cor Transparente;	5484910	330081	ROLO 100 MTS	300
21	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 8/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo	42439	458597	CX 25 UNID	400
22	Caneta Marca-Texto Material: Plástico, Tipo Ponta: Chanfrada/Poliuretano, Cor: Fluorescente Amarela, Tipo: Não Recarregável, Características Adicionais: Traço 4 Mm, Filtro Poliester, Base D'Água	5531462	300527	UNID	120



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

23	Caneta Esferográfica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Mínimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Azul; Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores;	3426491	318729	UNID	400
24	Estilete Tipo: Lâmina Retrátil, Espessura: 18 MM, Material Corpo: Emborrachado, Características Adicionais: Com Trava De Segurança, Trilho Metálico para lâmina.	3351017	485372	UNID	120
25	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; Medindo (360x250x135)mm (cxaxl), Gramatura 300g/m2; Na Cor Azul	6328130	625314	UNID	500
26	Clipe de Papelaria; de Aço; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 02	127523	463460	CX 100 UNID	250
27	Marcador Página; Filme De Poliéster e Adesivo Acrílico; Cor: Colorido; Largura: 11,9 MM; Comprimento: 43,2 MM; Aplicação: Processo; Características Adicionais: Folhas C/Tarja Adesiva / Removível / Reutilizável;	4474490	359043	PCT 5 UNID	120
28	Cola de Papelaria; Bastão; para Uso Diversos; a Base de Eter de Poliglucosídeo; Atoxica; Acondicionada Em Tubo Bastão; Branca; Em Embalagem Contendo Selo do Inmetro; Com Validade Mínima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236;	2649713	356693	TUBO 40 GR	120
29	Elastico; de Latex; Nr 18, Na Cor Bege;	2974355	471416	CX 100 GRS	200
30	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Kraft Liso; Medindo (48mm x 50m); Na Cor Marrom; Adesivo a Base de Resina e Borracha Sintética;	4620208	356778	ROLO 50 MTS	200
31	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft Natural de Primeira Qualidade; Pesando 80 G/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressão Rpc do Correio; Medindo (200 x 280)mm (larg x Alt); Na Cor Parda;	2033062	459334	CENTENA	50
32	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft; 80g/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressão Rpc do Correio; Medindo (310 x 410)mm (altxlarg); Apresentado Com Aba, Sem Cola; Na Cor Pardo;	4919998	467346	CENTENA	50
33	Papel Vergê, Material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM	4617614	297355	PCT 50 FL	50
34	Colchete; Latonado; Tamanho N. 12;	547360	353048	CX 72 UNID	120
35	Cabo de Rede p/ Computador; Material Revestimento: Polietileno Especial; Material Condutor: Cobre Nú; Bitola Condutor: 24 AWG; Tipo Condutor: Trançado 4 Pares; Tipo Cabo: 6 E; Cor: Azul; Padrão Cabeamento: Com Blindagem Helicoidal Em Fita Metalizada; Características Adicionais: Cabo Utp Blindado Com Marcação Sequencial Métrica; Categoria: 6e; Aplicação: Conexão De Rede; Material Isolamento Condutor: Pvc Não Propagante À Chama; Comprimento: 305 M	5183103	467549	CX 305 MTS	2
36	Disco Rígido; Padrão Ssd, Externo, Com Interface de Conexão Usb 3.1 Tipo C; de 500 Gb; Não Se Aplica, Velocidade de Leitura de 550 Mb/s, velocidade de Gravação de 520 Mb/s; Garantia de 12 Meses;	5519225	412153	UNID	25



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

37	Disco Rígido; Padrao Usb 3.0 (compatível Com Usb 2.0), Externo, Mini-hd 2,5", Com Conexao Interna Sata; de 01 Tb, Portatil, Blindado; 5.400 Rpm, Alimentacao Por Cabo Usb e Sem Necessidade de Fonte de Alimentacao; Garantia de 12 Meses, Compatível Com Windows 2000 Pro/xp/vista/7 e Mac Os; Com Cabo Usb;	6051979	610794	UNID	50
38	Memória Portátil Microcomputador Capacidade Memória: 32 GB, Interface: Usb 3.2, Aplicação: Armazenamento De Dados , Velocidade Gravação: 4.8 GB/S, Características Adicionais: Material Plástico Com Tampa Protetora Do Plugue , Compatibilidade Sistemas: Windows, Macos, Linux E Chrome Os , Tipo: Pen Drive	5659710	612258	UNID	100
39	Pilha; Tipo Alcalina, composicao Dioxido de Manganese, zinco, hidroxido de Potassio, grafite, oxido de Zinco; Na Voltagem de 1,5v, Com Indicador (medidor) de Carga, Testada Contra Vasamentos; No Tamanho Palito (aaa); Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90; Características Adicionais: Não Recarregável	5888310	419860	EMBALAGEM 2 UNID	200
40	Pilha; Tipo Pilha Alcalina, Composta de Hidroxido de Potassio ou Hidroxido de Sodio; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Aa; Conforme Resolucao Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90;	5827248	419859	EMBALAGEM 2 UNID	200
41	Filtro Linha Quantidade Saída: 4 Tomadas 2p + T, Características Adicionais: Terminação Em Plug 2p+T, Aplicação: Rack De Switchs E Servidores , Comprimento Cabo: 2 M, Tipo: Regua , Padrão: Universal	953601	394695	UNID	100
42	Filtro Linha Tensão Alimentação: 127/220 V, Potência Máxima: 1.500 VA, Corrente Máxima: 10A, Quantidade Saída: 6 Tomadas Padrão Nbr14136 , Características Adicionais: Chave On/Off/Fusíveis E Led Indicador, Comprimento Cabo: 5m	3372138	437670	UNID	100
43	Pilha Recarregavel Tamanho Pilha: Palito, Modelo: AAA, Aplicação: Equipamentos Eletrônicos, Sistema Eletroquímico: Níquel Metal Hidreto (Ni-Mh), Capacidade Nominal: 800 MAH, Tensão Nominal: 1,2	6239447	458336	EMBALAGEM 2 UNID	100
44	Webcam; para Vídeo Conferência, Com Conexão Usb; Full Hd 1080p; Captura de Vídeo a 1920 x 1080 Pixels a 30 Fps, Lente 3,6mm, Plug & Play; Full Hd 1080p (1920x1080 Pixels), Com Microfone Integrado; Garantia mínima 12 meses; Manual em Português	5695880	620108	UNID	30
45	Conectores; para Redes de Alta Performance; Modelo Rj-45 Cat-6 Macho, 8 Vias, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 Awg, Tipo de Cabo: U/utp Cat.6; Fcc 68.5 (emi - Interferência Eletromagnética). cor: Transparente; Material do Corpo do Produto Em Termoplástico Não propagante a Chama Ul 94v-0 Até Ul 94v-2; Norma Compatível Com Os Padrões de Montagem T568a e T568b; Vias de Contato Produzidas Em Bronze Fosforoso; Compatível Com Cabo Com Camadas de Micrômetros de Níquel e Micrômetros de Ouro, Temperatura de Operação (°c) : -10°c a +;	5851360	602254	UNID	100
46	Capa para Conector; Emborrachada, Conector Rj-45, Cor Azul;	3378845	335976	UNID	100
47	Alicate Crimpador; Corpo Em Aço Carbono, Acabamento Pintado, Com Cabo Plastificado; para Conectores Modulares de 6 e 8 Posições Rj11, rj12, Rj45 Vazado (de Passagem, Pass-thru); Cortador e Descascador de Fios Cabos de Voz e Dados Cat6, Cat5e, Cat3 Em Lâmina de Aço;	6100724	624206	UNID	2



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

48	Testador de Cabo de Rede; para Identificacao de Problemas de Conectividade e Disponibilidade; Padrao Dos Cabos Cat5, Cat6 (stp e Utp); Compativel Com As Velocidades Interruptor Poe Padrão, Exibição de Tensão; Tipopse Ieee 802.3af; Padrao Ethernet; Testes Efetuados Teste Com Interruptor Diretamente; Manual Em Portugues; Garantia Mínima de 12 Meses; Interface Rj45, Rj11 e Coaxial; Com Um Fone de Ouvido, Um Kit Adaptadores de Cabo, Uma Bolsa e Manual do Usuário;	6497608	356306	UNID	2
49	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: Usb, Conectividade: Com Fio	6428886	457752	UNID	30
50	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Led, Tipo Conector: Bluetooth, Conector Usb-C Lightihing, Conectividade: Sem Fio	6355382	603262	UNID	30
51	Teclado para Microcomputador; Pc/atx; Teclas de Funcao Na Posicao Vertical; Disposicao Das Teclas Padrao Abnt-2 Em Portugues, 106 Teclas; Com Conector Optico Sem Fio; 12 Meses; Norma Abicomp, Abnt;	2202972	451818	UNID	30
52	Aparelho Telefonico Analogico; Na Cor Perola, Bege Ou Preto; Facilidades Operacionais de Mute, Redial, Com No Mínimo 2 Tipos de Campanha, Controle de Volume Da Campanha; Flash 100 a 300ms No Mínimo, Ajustavel Por Chave Seletora Discagem Por Tom Ou Pulso; Com Discagem No Modo Multifrequencial/decadico, Apoio Da Base Em Material Antiderrapante; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao 242 de 30/11/2000 Da Anatel, e Com Garantia de No Mínimo 1 Ano;	4990595	243731	UNID	20
53	Adaptador de Conector; Hub Usb Com 01 Porta de Entrada e 04 Portas de Saida; Tipo Usb 3.0, Interruptor e Led para Cada Porta de Saida, Cabo Com Comprimento Mínimo de 20 Cm;	6540880	320528	UNID	30
54	Memoria Ram; de 16gb Fbga 2g x 64 Bit; Com Suporte a Xmp 2.0, Com 16 Bancos Internos, 4 Grupos de 4 Bancos Cada; Velocidade de 3200mhz, Latencia 16-18-18 Ou 16-20-20 a Tensao 1,35v; Ddr4-3200 Cl16 Dimm Sdram (dram Sincrona) 1rx8; Com Com 288 Pinos, Com Dissipador de Calor Em Alumínioanodizado Original do Fabricante; Garantia de 12 Meses Balcao;	6215505	618288	UNID	2

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Suprimentos	VAGNER MATEUS GOMES DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição dos bens de consumo se dará, na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço nos termos do art. 6º XLI, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

A entrega dos produtos será em parcela única. A demanda se faz necessária em razão da recomposição dos estoques do almoxarifado, de modo a assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade.

A presente contratação tem por finalidade suprir as demandas ordinárias e contínuas da unidade, garantindo o adequado funcionamento dos serviços institucionais, o suporte às atividades policiais e a manutenção das condições adequadas de trabalho aos servidores.

Os quantitativos previstos foram estimados com base na expectativa na média de consumo da unidade, observando-se as necessidades atuais e a compatibilidade com a disponibilidade orçamentária destinada à presente aquisição.



5. Levantamento de Mercado

A estimativa da despesa foi calculada na forma estabelecida no art. 23, da NLLC, e atestado pelo funcionário responsável pela pesquisa que os valores obtidos estão em consonância com os praticados pelo mercado, sendo observada a potencial economia de escala.

Quanto à pesquisa de mercado ela foi elaborada com base em cotações disponíveis no banco de dados público disponível no sistema COMPRAS, em atendimento ao inciso II, do art. 23, da NLLC, tendo suprimidas suas cotações manifestamente inexequíveis, bem como extremamente elevadas, de maneira a tornar o preço referencial mais próximo possível dos preços praticados no mercado.

Em linhas gerais os preços referenciais são compostos pela MEDIANA das cotações obtidas.

A pesquisa tem validade de 6 (seis) meses.

6. Descrição da solução como um todo

Os materiais serão adquiridos em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por meio de **licitação na modalidade pregão**, nos termos do art. 28, inciso I, adotando-se o **critério de julgamento pelo menor preço** (art. 33, inciso I) e o **modo de disputa aberto** (art. 56, inciso I).

O fornecimento dos itens ocorrerá de forma **imediata, em parcela única**, com o objetivo de atender às necessidades do DENARC, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação é de R\$ 225.937,95 (Duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O prazo de entrega dos bens de consumo é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso de contratações correlatas e/ou interdependentes, não se aplica, tendo em vista que a presente contratação é autônoma e não possui relação de dependência com outras contratações em andamento ou planejadas no âmbito do DENARC.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Trata-se de aquisição de materiais por meio de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, cuja contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e limitada à disponibilidade orçamentária destinada à presente aquisição.



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas são para suprir as necessidades e recompor os estoques do almoxarifado, assegurando a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade.

12. Resultados Pretendidos

A presente contratação visa garantir os meios materiais necessários ao adequado funcionamento da unidade, assegurando condições apropriadas para o desempenho das atividades administrativas e operacionais do DENARC.

A disponibilização dos materiais solicitados contribui para a organização interna, eficiência dos serviços prestados e manutenção da regularidade das atividades institucionais, preservando a ordem administrativa e o pleno cumprimento das atribuições legais da unidade.

13. Providências a serem Adotadas

O setor de compras deverá tomar as providências necessárias para a contratação, mediante o devido processo legal, haja vista a recomposição dos itens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impacto ambiental para a presente contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaro que, salvo melhor juízo da autoridade do Órgão, a contratação pretendida para o fornecimento de bens de consumo (informática/limpeza/escritório), no âmbito deste Departamento, da forma exposta, é plenamente viável, com base nos elementos acima registrados.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
SERGIO ZAMBELLI DINIZ
Data: 11/03/2026 15:22:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

SERGIO ZAMBELLI DINIZ

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2025NE00105

UG	180129 - DEPTO. EST. PREV. E REPRE. NARCOTRAFICO-DENARC										
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO										
Data de Emissão											
CNPJ/CPF/UG											
Credor											
Endereço											
Cidade				UF		CEP					
Origem Material											
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES				
400051	18002	06181180149890000	150010001	33903090	180011	000.000.0100	180205				
No Processo			Acordo								
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL		Ref Dispensa	LEI 14.133/2021							
Licitação			Modalidade	1 - ORDINARIO							
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC						
Valor do Empenho R\$											
Cronograma											
<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>								Mês	Valor		
Mês	Valor										
Sequência		Item		Unid. Forn.							
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total							
Descrição											



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

ANEXO III
CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.



§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

- I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;
- II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou



mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

- 1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.
- 2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.



§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§ 2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§ 2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§ 4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§ 2º - A comissão referida no inciso II do § 1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

ANEXO IV

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

1	Álcool Etilico; Aspecto Físico: Líquido; Fórmula Química: C ₂ H ₅ OH; Peso Molecular: 46,07 G/MOL; Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%; Característica Adicional: Absoluto, Reagente P.A. Acs Iiso; Número De Referência Química: Cas 64-17-5	4339541	445457	1 LT	840		
2	Toalha de Papel dupla interfolhada Institucional; Classe 01; Quantidade de Dobras 02; Na Cor Branca; Alvura Iso Igual Ou Maior Que 85%; Índice de Maciez Igual Ou Menor Que 8,0 Nm/g; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 5 Mm ² /m ² ; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 4,0 S; Capacidade de Absorcao de Agua Igual Ou Maior Que 7,0 G/g; Resistencia a Tracao a Umido Igual Ou Maior Que 70 N/m; Conforme Norma Da Abnt Nbr 15464-8 e 15134; Características Complementares: Materia Prima 100% Fibra Vegetal; Dimensao Da Folha (23x20)cm; Liso; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Marca,quantidade de Folhas,metragem Da Folha; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail Telefone do Sac;	2916487	389042	CX 2000 UNID	80		
3	Papel Higienico - Folha Dupla; Classe 01, Neutro; Na Cor Branca; Alvura Iso Maior Que 80%; Índice Potencial de Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 Nm/g; Resistencia a Tracao Ponderada Igual Ou Maior Que 90 N/m; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 20 Mm ² /m ² ; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 5 S; Conforme Norma Abnt Nbr 15464-2 e 15134; Características Complementares: Materia Prima 100% Fibra Celulosica; Comprimento do Rolo de 30 m - Com Tolerancia de 2%; Com Largura de 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro No Maximo de 11,7 Cm; Largura do Tubete 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro Interno do Tubete Maior Que 4 Cm; Acabamento Gofrado, Em Relevô; Picotado; Fragrancia Neutra; Rotulagem Contendo: C/identificacao Da Classe, Marca, Quantidade de Rolos; Aroma, Metragem do Papel; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail,telefone do Sac; Embalagem Com Boa Visibilidade do Produto;	2916070	412112	FARDO 64 ROLOS	120		
4	Odorizador Sanitario; Tipo Gel Adesivo; Composto Lauril Eter Sulfato de Sodio, Alcool C16-22 Etoxilado, Alcool C16-18 Etoxilado, Oleo Mineral; Alcool Linear, Fragrancia, Solucao Aquosa de Polimero, Glicerina, Polietilenoglicol e Agua; Marine; Na Cor Azul; Embalado Em Refil; Com Aplicador;	4183363	465064	CX 12 UNID	360		
5	Mexedor; para Cafe; de Plastico Atoxico (poliestireno); Cristal; No Formato Remo; Medindo 9,5 Cm; Embalado Em Saco Plastico Atoxico;	5344778	355015	PCT 100 UNID	500		
6	Detergente Liquido; Principio Ativo Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sodio.tensoativobiodegradavel; Composicao Basica Glicerina,coadjuvantes,conservantes,sequestrante Espessantes,controlador de Ph,corantes e Agua; Valor do Ph Entre 5,5 - 7,5,dermatologicamente Testado; Composicao Aromatica Neutro,liquido Viscoso Transparente,na Cor Amarela; Acondicionado Adequadamente,com Bico Dosador,validade 3 Anos a Partir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Ao Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	6023690	310039	FRASCO 500ML	120		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

7	Copo Descartavel; Polipropileno (pp) Atóxico, Transparente; Com Capacidade Mínima para 200 ML; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Mínima de 1,80 G; As Mangas Não Podem Estar Violadas; Símbolo de Identificação do Material para Reciclagem Conforme Nbr 13230 e Capacidade do Copo; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevô, Marca Ou Identificação do Fabricante; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Abnt Nbr 14865 e Certificado Pelo Inmetro; Os Copos Devem Ser Homogêneos, Isentos de Materiais Estranhos, Bolhas, Rachaduras, Furos; Deformações, Bordas Afiladas Ou Rebarbas; Não Devem Apresentar Sujidade Interna Ou Externamente;	5489989	419219	CX 2500 UNID	20		
8	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno, Reforcado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (1 x A); Preto; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alterações Posteriores;	1539990	470833	PCT 100 UNID	30		
9	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno; Com Capacidade de 40 Litros; Medindo (50 x 70)cm (1 x A), Com Espessura de No Mínimo 8 Micras; Preto, Sem Timbre, com Ausência de Furos, Rotulagem Adequada Na Embalagem de Acondicionamento;	6434770	470829	PCT 100 UNID	30		
10	Inseticida Doméstico; Aerosol(inseto Voadores e Rasteiros); Composto de Esbiotrim (93%); Imiprotim (50%); Permetrina (90%); Água Deionizada;citronela;bht;butano;propano; Oleato de Poliglicerol; N-parafina; Princípio Ativo Imiprotrina 0,020%,permetrina 0,050%,esbiotrina 0.100%; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa; Embalado Em Frasco; 380ML.	3476766	437410	FRASCO 380ML	240		
11	Pasta para Limpeza; Pasta Umectante,biodegradável; Acondicionado de Forma Adequada; para Retirada de Graxa e Óleo (das Mãos); Com Abrasivo Mineral; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	626988	334354	POTE 500 GRS	12		
12	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 90g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Mínima de 90%,conforme Norma Iso; Opacidade Mínima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/-1,0),conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branca; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificação Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Código de Licença Impressos Na Embalagem;	1022644	471762	EMBALAGEM 500 FLS	2.500		
13	Grampo Grampeador Material: Metal , Tratamento Superficial: Galvanizado/Cobreado, Tamanho: 26/6, Uso: Grampeador De Mesa'	42048	425226	CX 5000 UNID	50		
14	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno, Resina Sintética, Tubete de Papel; Medindo (48mmx50m), 25 Micras; Na Cor Marron;	2803631	351868	ROLO 50 MTS	200		
15	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 25 Mm; Altura Mínima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Mínima de Aproximadamente 13 Mm; Haste de Aço Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Mínima de 17 Mm Aproximadamente; Distância Mínima Entre As Hastes de 13,3 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 4,5 Mm Aproximadamente; Com 4 Pinos; Chave Comum; Com Cadeados Com Mesmo Segredo; Conforme a Norma Nbr 15271;	4307275	242597	UNID	20		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

16	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 60 Mm; Altura Mínima de 47 Mm; Espessura Mínima de 20 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 35 Mm; Distância Mínima Entre As Hastes de 33mm; Espessura Mínima de 10 Mm; Com 05 Pinos; Com Chave Tipo Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Conforme a Norma Nbr 15271	4426290	618848	UNID	10		
17	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Mínima de 45 Mm; Altura Mínima de 37 Mm; Espessura Mínima de 16 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 27 Mm; Distância Mínima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Mínima de 8 Mm; Com 5 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	4263162	369677	UNID	20		
18	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrílico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevô e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com As Normas Nbr-115236; Com Certificação Compulsória Inmetro e Suas Atualizações Posteriores;	3957926	313142	UNID	200		
19	Capa de Processo; de Papel Triplex; Espessura de 250g/m2; Medindo Fechada (320 x 235)mm (alt. x Comp); Na Cor Amarela; Com Vincado;	5997194	486012	PCT 100 UNID	30		
20	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (48mm x 100m); Na Cor Transparente;	5484910	330081	ROLO 100 MTS	300		
21	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 8/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo	42439	458597	CX 25 UNID	400		
22	Caneta Marca-Texto Material: Plástico, Tipo Ponta: Chanfrada/Polietileno, Cor: Fluorescente Amarela, Tipo: Não Recarregável, Características Adicionais: Traço 4 Mm, Filtro Poliester, Base D'Água	5531462	300527	UNID	120		
23	Caneta Esferográfica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Média; Rendimento Mínimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Azul; Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores;	3426491	318729	UNID	400		
24	Estilete Tipo: Lâmina Retrátil, Espessura: 18 MM, Material Corpo: Emborrachado, Características Adicionais: Com Trava De Segurança, Trilho Metálico para lâmina.	3351017	485372	UNID	120		
25	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; Medindo (360x250x135)mm (cxaxl), Gramatura 300g/m2; Na Cor Azul	6328130	625314	UNID	500		
26	Clipe de Papelaria; de Aço; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 02	127523	463460	CX 100 UNID	250		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

27	Marcador Página; Filme De Poliéster e Adesivo Acrílico; Cor: Colorido; Largura: 11,9 MM; Comprimento: 43,2 MM; Aplicação: Processo; Características Adicionais: Folhas C/Tarja Adesiva / Removível / Reutilizável;	4474490	359043	PCT 5 UNID	120		
28	Cola de Papelaria; Bastao; para Uso Diversos; a Base de Eter de Poliglucosideo; Atoxica; Acondicionada Em Tubo Bastao; Branca; Em Embalagem Contendo Selo do Inmetro; Com Validade Mínima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236;	2649713	356693	TUBO 40 GR	120		
29	Elastico; de Latex; Nr 18, Na Cor Bege;	2974355	471416	CX 100 GRS	200		
30	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Kraft Liso; Medindo (48mm x 50m); Na Cor Marrom; Adesivo a Base de Resina e Borracha Sintetica;	4620208	356778	ROLO 50 MTS	200		
31	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft Natural de Primeira Qualidade; Pesando 80 G/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressao Rpe do Correio; Medindo (200 x 280)mm (larg x Alt); Na Cor Parda;	2033062	459334	CENTENA	50		
32	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft; 80g/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressao Rpe do Correio; Medindo (310 x 410)mm (altxlarg); Apresentado Com Aba, Sem Cola; Na Cor Pardo;	4919998	467346	CENTENA	50		
33	Papel Vergê, Material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM	4617614	297355	PCT 50 FL	50		
34	Colchete; Latonado; Tamanho N. 12;	547360	353048	CX 72 UNID	120		
35	Cabo de Rede p/ Computador; Material Revestimento: Polietileno Especial; Material Condutor: Cobre Nú; Bitola Condutor: 24 AWG; Tipo Condutor: Trançado 4 Pares; Tipo Cabo: 6 E; Cor: Azul; Padrão Cabeamento: Com Blindagem Helicoidal Em Fita Metalizada; Características Adicionais: Cabo Utp Blindado Com Marcação Sequencial Métrica; Categoria: 6e; Aplicação: Conexão De Rede; Material Isolamento Condutor: Pvc Não Propagante À Chama; Comprimento: 305 M	5183103	467549	CX 305 MTS	2		
36	Disco Rígido; Padrao Ssd, Externo, Com Interface de Conexão Usb 3.1 Tipo C; de 500 Gb; Nao Se Aplica, Velocidade de Leitura de 550 Mb/s, velocidade de Gravacao de 520 Mb/s; Garantia de 12 Meses;	5519225	412153	UNID	25		
37	Disco Rígido; Padrao Usb 3.0 (compativel Com Usb 2.0), Externo, Mini-hd 2,5", Com Conexao Interna Sata; de 01 Tb, Portatil, Blindado; 5.400 Rpm, Alimentacao Por Cabo Usb e Sem Necessidade de Fonte de Alimentacao; Garantia de 12 Meses, Compativeil Com Windows 2000 Pro/xp/vista/7 e Mac Os; Com Cabo Usb;	6051979	610794	UNID	50		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

38	Memória Portátil Microcomputador Capacidade Memória: 32 GB, Interface: Usb 3.2, Aplicação: Armazenamento De Dados , Velocidade Gravação: 4.8 GB/S, Características Adicionais: Material Plástico Com Tampa Protetora Do Plugue , Compatibilidade Sistemas: Windows, Macos, Linux E Chrome Os , Tipo: Pen Drive	5659710	612258	UNID	100		
39	Pilha; Tipo Alcalina,composicao Dioxido de Manganes,zinco,hidroxido de Potassio,grafite,oxido de Zinco; Na Voltagem de 1,5v, Com Indicador (medidor) de Carga, Testada Contra Vasamentos; No Tamanho Palito (aaa); Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90; Características Adicionais: Não Recarregável	5888310	419860	EMBALAGEM 2 UNID	200		
40	Pilha; Tipo Pilha Alcalina, Composta de Hidroxido de Potassioou Hidroxido de Sodio; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Aa; Conforme Resolucao Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90;	5827248	419859	EMBALAGEM 2 UNID	200		
41	Filtro Linha Quantidade Saída: 4 Tomadas 2p + T, Características Adicionais: Terminação Em Plug 2p+T, Aplicação: Rack De Switchs E Servidores , Comprimento Cabo: 2 M, Tipo: Regua , Padrão: Universal	953601	394695	UNID	100		
42	Filtro Linha Tensão Alimentação: 127/220 V, Potência Máxima: 1.500 VA, Corrente Máxima: 10A, Quantidade Saída: 6 Tomadas Padrão Nbr14136 , Características Adicionais: Chave On/Off/Fusíveis E Led Indicador, Comprimento Cabo: 5m	3372138	437670	UNID	100		
43	Pilha Recarregavel Tamanho Pilha: Palito, Modelo: AAA, Aplicação: Equipamentos Eletrônicos, Sistema Eletroquímico: Níquel Metal Hidreto (Ni-Mh), Capacidade Nominal: 800 MAH, Tensão Nominal: 1,2	6239447	458336	EMBALAGEM 2 UNID	100		
44	Webcam; para Vídeo Conferência, Com Conexão Usb; Full Hd 1080p; Captura de Vídeo a 1920 x 1080 Pixels a 30 Fps, Lente 3,6mm, Plug & Play; Full Hd 1080p (1920x1080 Pixels), Com Microfone Integrado; Garantia mínima 12 meses; Manual em Português	5695880	620108	UNID	30		
45	Conectores; para Redes de Alta Performance; Modelo Rj-45 Cat-6 Macho, 8 Vias, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 Awg, Tipo de Cabo: U/utp Cat.6; Fcc 68.5 (emi - Interferência Eletromagnética). cor: Transparente; Material do Corpo do Produto Em Termoplástico Não propagante a Chama Ul 94v-0 Até Ul 94v-2; Norma Compatível Com Os Padrões de Montagem T568a e T568b; Vias de Contato Produzidas Em Bronze Fosforoso; Compatível Com Cabo Com Camadas de Micrômetros de Níquel e Micrômetros de Ouro, Temperatura de Operação (°c) : -10°c a +; Garantia Contra Defeitos de Fabricacao;	5851360	602254	UNID	100		
46	Capa para Conector; Emborrachada, Conector Rj-45, Cor Azul;	3378845	335976	UNID	100		
47	Alicate Crimpador; Corpo Em Aço Carbono, Acabamento Pintado, Com Cabo Plastificado; para Conectores Modulares de 6 e 8 Posições Rj11,rj12, Rj45 Vazado (de Passagem, Pass-thru); Cortador e Descascador de Fios Cabos de Voz e Dados Cat6, Cat5e, Cat3 Em Lâmina de Aço;	6100724	624206	UNID	2		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

48	Testador de Cabo de Rede; para Identificacao de Problemas de Conectividade e Disponibilidade; Padrao Dos Cabos Cat5, Cat6 (stp e Utp); Compativel Com As Velocidades Interruptor Poe Padrão, Exibição de Tensão; Tipopse Ieee 802.3af; Padrao Ethernet; Testes Efetuados Teste Com Interruptor Diretamente; Manual Em Portugues; Garantia Mínima de 12 Meses; Interface Rj45, Rj11 e Coaxial; Com Um Fone de Ouvido, Um Kit Adaptadores de Cabo, Uma Bolsa e Manual do Usuário;	6497608	356306	UNID	2		
49	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: Usb, Conectividade: Com Fio	6428886	457752	UNID	30		
50	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Led, Tipo Conector: Bluetooth, Conector Usb-C Lighting, Conectividade: Sem Fio	6355382	603262	UNID	30		
51	Teclado para Microcomputador; Pc/atx; Teclas de Funcao Na Posicao Vertical; Disposicao Das Teclas Padrao Abnt-2 Em Portugues,106 Teclas; Com Conector Optico Sem Fio; 12 Meses; Norma Abicomp, Abnt;	2202972	451818	UNID	30		
52	Aparelho Telefonico Analogico; Na Cor Perola, Bege Ou Preto; Facilidades Operacionais de Mute, Redial, Com No Minimo 2 Tipos de Campainha, Controle de Volume Da Campainha; Flash 100 a 300ms No Minimo, Ajustavel Por Chave Seletora Discagem Por Tom Ou Pulso; Com Discagem No Modo Multifrequencial/decadico, Apoio Da Base Em Material Antiderrapante; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao 242 de 30/11/2000 Da Anatel, e Com Garantia de No Minimo 1 Ano;	4990595	243731	UNID	20		
53	Adaptador de Conector; Hub Usb Com 01 Porta de Entrada e 04 Portas de Saida; Tipo Usb 3.0, Interruptor e Led para Cada Porta de Saida, Cabo Com Comprimento Mínimo de 20 Cm;	6540880	320528	UNID	30		
54	Memoria Ram; de 16gb Fbga 2g x 64 Bit; Com Suporte a Xmp 2.0, Com 16 Bancos Internos, 4 Grupos de 4 Bancos Cada; Velocidade de 3200mhz, Latencia 16-18-18 Ou 16-20-20 a Tensao 1,35v; Ddr4-3200 Cl16 Dimm Sdram (dram Sincrona) 1rx8; Com Com 288 Pinos, Com Dissipador de Calor Em Alumínioanodizado Original do Fabricante; Garantia de 12 Meses Balcao;	6215505	618288	UNID	2		

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, Processo nº 058.00010136/2026-73, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISICO	CATMAT	UNID MED	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Álcool Etílico; Aspecto Físico: Líquido; Fórmula Química: C ₂ H ₅ OH; Peso Molecular: 46,07 G/MOL; Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%; Característica Adicional: Absoluto, Reagente P.A. ACS ISSO; Número De Referência Química: CAS 64-17-5	4339541	445457	1 LT	840	11,290	9.483,60
2	Toalha de Papel dupla interfolhada Institucional; Classe 01; Quantidade de Dobras 02; Na Cor Branca; Alvura Iso Igual Ou Maior Que 85%; Índice de Maciez Igual Ou Menor Que 8,0 Nm/g; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 5 Mm ² /m ² ; Tempo de Absorção de Água Igual Ou Menor Que 4,0 S; Capacidade de Absorção de Água Igual Ou Maior Que 7,0 G/g; Resistência a Tração a Umido Igual Ou Maior Que 70 N/m; Conforme Norma Da Abnt Nbr 15464-8 e 15134; Características Complementares: Matéria Prima 100% Fibra Vegetal; Dimensão Da Folha (23x20)cm; Liso; Rotulagem Contendo: C/identificação Da Classe, Marca, quantidade de Folhas, metragem Da Folha; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail Telefone do Sac;	2916487	389042	CX 2000 UNID	80	51,290	4.103,20
3	Papel Higienico - Folha Dupla; Classe 01, Neutro; Na Cor Branca; Alvura Iso Maior Que 80%; Índice Potencial de Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 Nm/g; Resistência a Tração Ponderada Igual Ou Maior Que 90 N/m; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 20 Mm ² /m ² ; Tempo de Absorção de Água Igual Ou Menor Que 5 S; Conforme Norma Abnt Nbr 15464-2 e 15134; Características Complementares: Matéria Prima 100% Fibra Celulósica; Comprimento do Rolo de 30 m - Com Tolerância de 2%; Com Largura de 10 Cm - Com Tolerância de 2%; Diâmetro No Máximo de 11,7 Cm; Largura do Tubete 10 Cm - Com Tolerância de 2%; Diâmetro Interno do Tubete Maior Que 4 Cm; Acabamento Gofrado, Em Relevo; Picotado; Fragrância Neutra; Rotulagem Contendo: C/identificação Da Classe, Marca, Quantidade de Rolos; Aroma, Metragem do Papel; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail, telefone do Sac; Embalagem Com Boa Visibilidade do Produto;	2916070	412112	FARDO 64 ROLOS	120	61,620	7.394,40
4	Odorizador Sanitário; Tipo Gel Adesivo; Composto Lauril Eter Sulfato de Sódio, Alcool C16-22 Etoxilado, Alcool C16-18 Etoxilado, Oleo Mineral; Alcool Linear, Fragrância, Solução Aquosa de Polímero, Glicerina, Polietilenoglicol e Água; Marine; Na Cor Azul; Embalado Em Refil; Com Aplicador;	4183363	465064	CX 12 UNID	360	14,780	5.320,80
5	Mexedor; para Café; de Plástico Atóxico (poliestireno); Cristal; No Formato Remo; Medindo 9,5 Cm; Embalado Em Saco Plástico Atóxico;	5344778	355015	PCT 100 UNID	500	3,950	1.975,00



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

6	Detergente Líquido; Princípio Ativo Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio.tensoativo0biodegradável; Composição Básica Glicerina,coadjuvantes,conservantes,sequestrante Espessantes,controlador de Ph,corantes e Água; Valor do Ph Entre 5,5 - 7,5,dermatologicamente Testado; Composição Aromática Neutro,líquido Viscoso Transparente,na Cor Amarela; Acondicionado Adequadamente,com Bico Dosador,validade 3 Anos a Partir Da Data de Fabricação; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Ao Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	6023690	310039	FRASCO 500ML	120	2,100	252,00
7	Copo Descartável; Polipropileno (pp) Atóxico, Transparente; Com Capacidade Mínima para 200 Ml; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Mínima de 1,80 G; As Mangas Não Podem Estar Violadas; Símbolo de Identificação do Material para Reciclagem Conforme Nbr 13230 e Capacidade do Copo; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevô, Marca Ou Identificação do Fabricante; Os Copos Deverão Estar Em Conformidade Com Abnt Nbr 14865 e Certificado Pelo Inmetro; Os Copos Devem Ser Homogêneos, Isentos de Materiais Estranhos, Bolhas, Rachaduras, Furos; Deformações, Bordas Afiladas Ou Rebarbas; Não Devem Apresentar Sujidade Interna Ou Externamente;	5489989	419219	CX 2500 UNID	20	108,895	2.177,90
8	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno, Reforçado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (1 x A); Preto; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alterações Posteriores;	1539990	470833	PCT 100 UNID	30	32,900	987,00
9	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno; Com Capacidade de 40 Litros; Medindo (50 x 70)cm (1 x A), Com Espessura de No Mínimo 8 Micras; Preto, Sem Timbre,com Ausência de Furos, Rotulagem Apropriada Na Embalagem de Acondicionamento;	6434770	470829	PCT 100 UNID	30	20,000	600,00
10	Inseticida Doméstico; Aerosol(inseto Voadores e Rasteiros); Composto de Esbiotrim (93%); Imiprotim (50%); Permetrina (90%); Água Deionizada,citronela;bht;butano;propano; Oleato de Poliglicerol; N-parafina; Princípio Ativo Imiprotrina 0,020%,permetrina 0,050%,esbioquina 0.100%; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa; Embalado Em Frasco; 380ML.	3476766	437410	FRASCO 380ML	240	15,925	3.822,00
11	Pasta para Limpeza; Pasta Umectante,biodegradável; Acondicionado de Forma Adequada; para Retirada de Graxa e Óleo (das Mãos); Com Abrasivo Mineral; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	626988	334354	POTE 500 GRS	12	22,790	273,48



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

12	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 90g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Mínima de 90%,conforme Norma Iso; Opacidade Mínima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/- 1,0),conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branca; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem;	1022644	471762	EMBALAGEM 500 FLS	2.500	31,940	79.850,00
13	Grampo Grampeador Material: Metal, Tratamento Superficial: Galvanizado/Cobreado, Tamanho: 26/6, Uso: Grampeador De Mesa'	42048	425226	CX 5000 UNID	50	3,590	179,50
14	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno, Resina Sintetica, Tubete de Papel; Medindo (48mmx50m), 25 Micras; Na Cor Marron;	2803631	351868	ROLO 50 MTS	200	13,160	2.632,00
15	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 25 Mm; Altura Mínima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Mínima de Aproximadamente 13 Mm; Haste de Aço Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Mínima de 17 Mm Aproximadamente; Distancia Mínima Entre As Hastes de 13,3 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 4,5 Mm Aproximadamente; Com 4 Pinos; Chave Comum; Com Cadeados Com Mesmo Segredo; Conforme a Norma Nbr 15271;	4307275	242597	UNID	20	24,400	488,00
16	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 60 Mm; Altura Mínima de 47 Mm; Espessura Mínima de 20 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 35 Mm; Distancia Mínima Entre As Hastes de 33mm; Espessura Mínima de 10 Mm; Com 05 Pinos; Com Chave Tipo Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Conforme a Norma Nbr 15271	4426290	618848	UNID	10	56,200	562,00
17	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Mínima de 45 Mm; Altura Mínima de 37 Mm; Espessura Mínima de 16 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 27 Mm; Distancia Mínima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Mínima de 8 Mm; Com 5 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	4263162	369677	UNID	20	29,000	580,00
18	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevô e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com As Normas Nbr-115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores;	3957926	313142	UNID	200	3,500	700,00
19	Capa de Processo; de Papel Triplex; Espessura de 250g/m2; Medindo Fechada (320 x 235)mm (alt. x Comp); Na Cor Amarela; Com Vincado;	5997194	486012	PCT 100 UNID	30	93,960	2.818,80
20	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (48mm x 100m); Na Cor Transparente;	5484910	330081	ROLO 100 MTS	300	5,925	1.777,50
21	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 8/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo	42439	458597	CX 25 UNID	400	2,375	950,00



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

22	Caneta Marca-Texto Material: Plástico, Tipo Ponta: Chanfrada/Polietileno, Cor: Fluorescente Amarela, Tipo: Não Recarregável, Características Adicionais: Traço 4 Mm, Filtro Poliester, Base D'Água	5531462	300527	UNID	120	0,990	118,80
23	Caneta Esferográfica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Mínimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Azul; Com Tampa Protetora Removível Ventilada, Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores;	3426491	318729	UNID	400	0,530	212,00
24	Estilete Tipo: Lâmina Retrátil, Espessura: 18 MM, Material Corpo: Emborrachado, Características Adicionais: Com Trava De Segurança, Trilho Metálico para lâmina.	3351017	485372	UNID	120	13,765	1.651,80
25	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; Medindo (360x250x135)mm (cxaxl), Gramatura 300g/m2; Na Cor Azul	6328130	625314	UNID	500	9,000	4.500,00
26	Clipe de Papelaria; de Aço; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 02	127523	463460	CX 100 UNID	250	3,875	968,75
27	Marcador Página; Filme De Poliéster e Adesivo Acrílico; Cor: Colorido; Largura: 11,9 MM; Comprimento: 43,2 MM; Aplicação: Processo; Características Adicionais: Folhas C/Tarja Adesiva / Removível / Reutilizável;	4474490	359043	PCT 5 UNID	120	24,900	2.988,00
28	Cola de Papelaria; Bastão; para Uso Diversos; a Base de Eter de Poliglucosideo; Atóxica; Acondicionada Em Tubo Bastão; Branca; Em Embalagem Contendo Selo do Inmetro; Com Validade Mínima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificação Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236;	2649713	356693	TUBO 40 GR	120	2,985	358,20
29	Elastico; de Latex; Nr 18, Na Cor Bege;	2974355	471416	CX 100 GRS	200	5,720	1.144,00
30	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Kraft Liso; Medindo (48mm x 50m); Na Cor Marrom; Adesivo a Base de Resina e Borracha Sintética;	4620208	356778	ROLO 50 MTS	200	20,790	4.158,00
31	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft Natural de Primeira Qualidade; Pesando 80 G/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressão Rpc do Correio; Medindo (200 x 280)mm (larg x Alt); Na Cor Parda;	2033062	459334	CENTENA	50	36,750	1.837,50
32	Envelope de Papelaria; Em Papel Kraft; 80g/m2; Tipo Saco; Modelo Sem Impressão Rpc do Correio; Medindo (310 x 410)mm (altxlarg); Apresentado Com Aba, Sem Cola; Na Cor Pardo;	4919998	467346	CENTENA	50	52,940	2.647,00
33	Papel Vergê, Material: Celulose Vegetal, Cor: Branca, Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM	4617614	297355	PCT 50 FL	50	15,630	781,50
34	Colchete; Latonado; Tamanho N. 12;	547360	353048	CX 72 UNID	120	9,120	1.094,40



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

35	Cabo de Rede p/ Computador; Material Revestimento: Polietileno Especial; Material Condutor: Cobre Nú; Bitola Condutor: 24 AWG; Tipo Condutor: Trançado 4 Pares; Tipo Cabo: 6 E; Cor: Azul; Padrão Cabeamento: Com Blindagem Helicoidal Em Fita Metalizada; Características Adicionais: Cabo Utp Blindado Com Marcação Seqüencial Métrica; Categoria: 6e; Aplicação: Conexão De Rede; Material Isolamento Condutor: Pvc Não Propagante À Chama; Comprimento: 305 M	5183103	467549	CX 305 MTS	2	1.227,750	2.455,50
36	Disco Rígido; Padrao Ssd, Externo, Com Interface de Conexão Usb 3.1 Tipo C; de 500 Gb; Nao Se Aplica, Velocidade de Leitura de 550 Mb/s, velocidade de Gravação de 520 Mb/s; Garantia de 12 Meses;	5519225	412153	UNID	25	673,280	16.832,00
37	Disco Rígido; Padrao Usb 3.0 (compatível Com Usb 2.0), Externo, Mini-hd 2,5", Com Conexão Interna Sata; de 01 Tb, Portatil, Blindado; 5.400 Rpm, Alimentação Por Cabo Usb e Sem Necessidade de Fonte de Alimentação; Garantia de 12 Meses, Compatível Com Windows 2000 Pro/xp/vista/7 e Mac Os; Com Cabo Usb;	6051979	610794	UNID	50	440,245	22.012,25
38	Memória Portátil Microcomputador Capacidade Memória: 32 GB, Interface: Usb 3.2, Aplicação: Armazenamento De Dados , Velocidade Gravação: 4.8 GB/S, Características Adicionais: Material Plástico Com Tampa Protetora Do Plugue , Compatibilidade Sistemas: Windows, Macos, Linux E Chrome Os , Tipo: Pen Drive	5659710	612258	UNID	100	30,800	3.080,00
39	Pilha; Tipo Alcalina, composição Dioxido de Manganês, zinco, hidróxido de Potássio, grafite, óxido de Zinco; Na Voltagem de 1,5v, Com Indicador (medidor) de Carga, Testada Contra Vasamentos; No Tamanho Palito (aaa); Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90; Características Adicionais: Não Recarregável	5888310	419860	EMBALAGEM 2 UNID	200	4,800	960,00
40	Pilha; Tipo Pilha Alcalina, Composta de Hidróxido de Potássio ou Hidróxido de Sódio; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Aa; Conforme Resolução Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90;	5827248	419859	EMBALAGEM 2 UNID	200	4,460	892,00
41	Filtro Linha Quantidade Saída: 4 Tomadas 2p + T, Características Adicionais: Terminação Em Plug 2p+T, Aplicação: Rack De Switchs E Servidores , Comprimento Cabo: 2 M, Tipo: Regua , Padrão: Universal	953601	394695	UNID	100	40,145	4.014,50
42	Filtro Linha Tensão Alimentação: 127/220 V, Potência Máxima: 1.500 VA, Corrente Máxima: 10A, Quantidade Saída: 6 Tomadas Padrão Nbr14136 , Características Adicionais: Chave On/Off/Fusíveis E Led Indicador, Comprimento Cabo: 5m	3372138	437670	UNID	100	54,350	5.435,00
43	Pilha Recarregável Tamanho Pilha: Palito, Modelo: AAA, Aplicação: Equipamentos Eletrônicos, Sistema Eletroquímico: Níquel Metal Hidreto (Ni-Mh), Capacidade Nominal: 800 MAH, Tensão Nominal: 1,2	6239447	458336	EMBALAGEM 2 UNID	100	22,750	2.275,00



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

44	Webcam; para Vídeo Conferência, Com Conexão Usb; Full Hd 1080p; Captura de Vídeo a 1920 x 1080 Pixels a 30 Fps, Lente 3,6mm, Plug & Play; Full Hd 1080p (1920x1080 Pixels), Com Microfone Integrado; Garantia mínima 12 meses; Manual em Português	5695880	620108	UNID	30	161,275	4.838,25
45	Conectores; para Redes de Alta Performance; Modelo Rj-45 Cat-6 Macho, 8 Vias, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 Awg, Tipo de Cabo: U/utp Cat.6; Fcc 68.5 (emi - Interferência Eletromagnética). cor: Transparente; Material do Corpo do Produto Em Termoplástico Não propagante a Chama UI 94v-0 Até UI 94v-2; Norma Compatível Com Os Padrões de Montagem T568a e T568b; Vias de Contato Produzidas Em Bronze Fosforoso; Compatível Com Cabo Com Camadas de Micrômetros de Níquel e Micrômetros de Ouro, Temperatura de Operação (°c) : -10°c a +; Garantia Contra Defeitos de Fabricação;	5851360	602254	UNID	100	1,500	150,00
46	Capa para Conector; Emborrachada, Conector Rj-45, Cor Azul;	3378845	335976	UNID	100	0,600	60,00
47	Alicate Crimpador; Corpo Em Aço Carbono, Acabamento Pintado, Com Cabo Plastificado; para Conectores Modulares de 6 e 8 Posições Rj11, rj12, Rj45 Vazado (de Passagem, Pass-thru); Cortador e Descascador de Fios Cabos de Voz e Dados Cat6, Cat5e, Cat3 Em Lâmina de Aço;	6100724	624206	UNID	2	185,440	370,88
48	Testador de Cabo de Rede; para Identificação de Problemas de Conectividade e Disponibilidade; Padrão Dos Cabos Cat5, Cat6 (stp e Utp); Compatível Com As Velocidades Interruptor Poe Padrão, Exibição de Tensão; Tipopse Ieee 802.3af; Padrão Ethernet; Testes Efetuados Teste Com Interruptor Diretamente; Manual Em Português; Garantia Mínima de 12 Meses; Interface Rj45, Rj11 e Coaxial; Com Um Fone de Ouvido, Um Kit Adaptadores de Cabo, Uma Bolsa e Manual do Usuário;	6497608	356306	UNID	2	179,225	358,45
49	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: Usb, Conectividade: Com Fio	6428886	457752	UNID	30	36,900	1.107,00
50	Mouse Computador, Tamanho: Padrão, Sensor: Led, Tipo Conector: Bluetooth, Conector Usb-C Lighting, Conectividade: Sem Fio	6355382	603262	UNID	30	91,495	2.744,85
51	Teclado para Microcomputador; Pc/atx; Teclas de Função Na Posição Vertical; Disposição Das Teclas Padrão Abnt-2 Em Português, 106 Teclas; Com Conector Óptico Sem Fio; 12 Meses; Norma Abicomp, Abnt;	2202972	451818	UNID	30	124,500	3.735,00
52	Aparelho Telefônico Analógico; Na Cor Perola, Bege Ou Preto; Facilidades Operacionais de Mute, Redial, Com No Mínimo 2 Tipos de Campanha, Controle de Volume Da Campanha; Flash 100 a 300ms No Mínimo, Ajustável Por Chave Seletora Discagem Por Tom Ou Pulso; Com Discagem No Modo Multifrequencial/decadico, Apoio Da Base Em Material Antiderrapante; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução 242 de 30/11/2000 Da Anatel, e Com Garantia de No Mínimo 1 Ano;	4990595	243731	UNID	20	50,420	1.008,40



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC
Divisão de Administração
Núcleo de Finanças

53	Adaptador de Conector; Hub Usb Com 01 Porta de Entrada e 04 Portas de Saida; Tipo Usb 3.0, Interruptor e Led para Cada Porta de Saida, Cabo Com Comprimento Mínimo de 20 Cm;	6540880	320528	UNID	30	67,000	2.010,00
54	Memoria Ram; de 16gb Fbga 2g x 64 Bit; Com Suporte a Xmp 2.0, Com 16 Bancos Internos, 4 Grupos de 4 Bancos Cada; Velocidade de 3200mhz, Latencia 16-18-18 Ou 16-20-20 a Tensao 1,35v; Ddr4-3200 Cl16 Dimm Sdram (dram Sincrona) 1rx8; Com Com 288 Pinos, Com Dissipador de Calor Em Alumínioanodizado Original do Fabricante; Garantia de 12 Meses Balcao;	6215505	618288	UNID	2	1.105,870	2.211,74
TOTAL						225.937,950	